



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ- REITORIA DE GRADUAÇÃO
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
MODALIDADE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - EAD**

MARIA LAUDECI DOMINGOS DE MELO

**A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA
VIDA DOS AGRICULTORES DO SÍTIO URUÇU, AROEIRAS/PB**

**CAMPINA GRANDE
2011**

MARIA LAUDECI DOMINGOS DE MELO

**A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA
VIDA DOS AGRICULTORES DO SÍTIO URUÇU, AROEIRAS/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Pró-Reitoria de Graduação da Universidade
Estadual da Paraíba como requisito para
obtenção do título de Licenciatura em
Geografia modalidade Educação a Distância
(EAD).

Orientador: Prof. Me. João Tavares Guedes

**CAMPINA GRANDE/
2011**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UEPB

M528i Melo, Maria Laudeci Domingos de.
A importância socioeconômica das atividades agrícolas na vida dos agricultores do Sítio Uruçu, Aroeiras/PB [manuscrito] / Maria Laudeci Domingos de Melo. – 2011.
54 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Graduação, 2011.

“Orientação: Prof. Me. João Tavares Guedes, Departamento de Geografia”.

1. Geografia Agrária. 2. Semiárido Nordestino. 3. Agricultura. 4. Comunidade Rural do sítio Uruçu. I. Título.

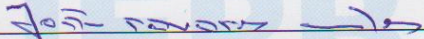
21. ed. CDD 910.33

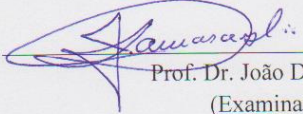
MARIA LAUDECI DOMINGOS DE MELO

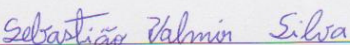
A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA
VIDA DOS AGRICULTORES DO SÍTIO URUÇU, AROEIRAS - PB

Data da Apresentação: 23/09/2011

BANCA EXAMINADORA


Prof.Ms.: João Tavares Guedes
(Orientador)


Prof. Dr. João Damasceno
(Examinador)


Prof. Esp. Sebastião Valmir Silva
(Examinador)

Dedico este trabalho a Deus, luz que ilumina
meus caminhos, abre minha mente e me dá
discernimento na vida

Ao meu esposo Manoel Augusto pelo
companheirismo, carinho, motivação, por estar
sempre me apoiando e ajudando, sem ele eu
não estaria realizando a conclusão deste
grande sonho da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, fonte da minha existência;

Aos tutores Valmir e Aubeny, pois prontamente me ajudaram sempre que recorri aos mesmos para tirar minhas dúvidas.

A professora Celênia, que guardo dentro do meu coração pela sua disponibilidade, humildade, fonte de conhecimentos;

A Carolina Cavalcante (Carol), coordenadora pedagógica deste curso, que sempre me orientou e ajudou sempre que precisei;

Ao meu orientador João Tavares Guedes, por estar sempre transmitindo bons conhecimentos;

À João Damasceno, professor e coordenador do curso pelo o apóio, incentivo e motivação;

Aos mestres e professores, pelos conhecimentos transmitidos;

A toda minha família: aos meus pais Marluce e Antônio, meus irmãos, Luiz Mário, Anicácio, principalmente meus filhos Thereza Gabriella e Samuel Domingos, fontes de inspiração do meu trabalho;

Ao meu esposo Manoel Augusto pois sem ele não estaria realizando esse grande sonho da minha vida;

À Thaise que apesar das suas ocupações gentilmente se prontificou em me ajudar e orientar na concretização deste trabalho;

À Lana, Carminha e Rhaylla por terem me ajudado e apoiado nesta longa caminhada;

À Karina, Madalena, Raquel, Chica, pelo apoio e incentivo;

Aos moradores em geral do Sítio Uruçu, que ajudaram respondendo os questionários da minha pesquisa de campo;

Às Minhas sobrinhas Thainara e Edimara, pelo apoio na pesquisa de campo;

À Aparecida, Eliene e Lucia, que sempre me apoiaram ficando com meus filhos quando precisava ir ao pólo fazer provas, aulas de campo, participar de seminários e eventos relacionados ao curso;

Aos meus amigos de curso: Edvan, Márcia Silva, Ana Paula, Josevaldo tantos sonhos desejados juntos;

À Escola Municipal Tiradentes, nas pessoas da Diretora Maria Inadja e da professora Marina Gonçalves Lira e a todos os funcionários que me acolheram;

Ao prefeito de Aroeiras/PB, Gilsepe Oliveira de Souza, pela prontidão e aceitação na iniciativa do projeto.

RESUMO

O trabalho aqui apresentado trata-se de pesquisa realizada na comunidade do sítio Uruçu do Município de Aroeiras/PB, seus principais enfoques estão relacionados à importância sócio econômica das atividades agrícolas na vida dos agricultores dessa comunidade levando em consideração a questão da sobrevivência do homem no campo a partir das atividades agrárias. No mesmo trabalho pesquisou-se também a questão dos processos utilizados pelas pessoas da comunidade para o cultivo da terra como também a falta de assistência técnica que leva os agricultores a utilizarem técnicas já ultrapassadas para os dias atuais. Foi abordado ainda o nível de satisfação com o trabalho agrícola buscando identificar o tipo de agricultura existente na região, uma vez que se trata de região semiárida e que pode dificultar o plantio de determinadas espécies e moradores da comunidade pesquisada não dispõem de planejamento nem orientação por parte dos órgãos competentes fato que compromete a produtividade agrícola e, conseqüentemente, o nível de desenvolvimento socioeconômico das famílias desta comunidade rural.

Palavras-Chaves: Agricultura. Sítio Uruçu. Socioeconômica.

RESUMEN

Que el trabajo presentado aquí está sobre la investigación llevada a través en la comunidad de la granja pequeña de Uruçu de la ciudad del Aroeiras/PB, sus acercamientos principales se relaciona con el socio económico de la importancia de las actividades agrícolas en la vida de los agrónomos de esta comunidad que conduce en la consideración la cuestión de la supervivencia del hombre en el campo de las actividades agrarias. En el mismo trabajo el también era cuestión buscada de los procesos usados para la gente de la comunidad para la cultura de la tierra así como la técnica de la carencia de la ayuda que lleva a agrónomos a las técnicas excedidas uso ya para los días actuales. El nivel de la satisfacción con el trabajo agrícola era todavía el buscar subido para identificar el tipo existente de agricultura en la región, una época pueden hacer que si los repartos con semibarran la región y que él le difícil la plantación de emoradores definitivos de la especie de la comunidad buscada no haga uso el planeamiento ni la orientación de parte del competentesfato de las agencias que compromete la productividad agrícola e, conseqüentemente, el nivel del desarrollo del socioeconômico de las familias de esta comunidad agrícola.

Llaves de las palabras: Agricultura. Granja Pequeña de Uruçu. Socioeconômica.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Precipitação média nas décadas de 70, 80 e 90 para o estado da Paraíba	14
Gráfico 02 - Distribuição do nível de escolaridade apresentada pelos moradores entrevistados do Sítio Uruçu de Aroeiras	19
Gráfico 03 - Tipo de residência	30
Gráfico 04 - Terras em que trabalham	31
Gráfico 05 - Tipos de agricultura existente	32
Gráfico 06 - Nível de satisfação com o trabalho agrícola	34
Gráfico 07 - Modo como os agricultores consideram as terras em que trabalham ..	35
Gráfico 08 - Forma de preparo das terras para o plantio da lavoura	36
Gráfico 09 - Acompanhamento por cooperativas	37

LISTAS DE FIGURAS

Figura 01 - Polígono da seca	19
Figura 02 - Identificação na cisterna do projeto Articulação do Semi Árido (ASA)	22
Figura 03 - Localização geográfica da cidade de Aroeiras/PB	26
Figura 04 - Cisterna do projeto Articulação do Semiárido	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Tipo de renda familiar apresentada pelos agricultores do sítio Urucu	27
Tabela 02 - Renda familiar total dos agricultores do Sítio Urucu	28

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1	A agricultura e a questão ambiental: o semiárido nordestino	13
2.2	A problemática da irrigação do semiárido nordestino	16
2.3	A água no semiárido do Nordeste e da Paraíba	17
2.4	O polígono das secas	18
2.5	A desertificação como forma de degradação ambiental no Brasil	20
2.6	A agricultura sustentável	22
2.7	A questão do semiárido e a geografia agrária	24
3	O MUNICÍPIO DE AROEIRAS/PB E A COMUNIDADE RURAL DO SÍTIO URUCU	26
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
4.1	A comunidade rural do Sítio Urucu	27
4.2	Renda familiar	27
4.3	Escolaridade	29
4.4	Tipo de residência	30
4.5	Terras em que trabalham	31
4.6	Indicadores da produção agrícola	32
4.7	Nível de satisfação com o trabalho agrícola	34
4.8	Como considera as terras que trabalha	35
4.9	Formas de preparo das terras para o plantio de lavoura	36
4.10	Acompanhamento por cooperativas.....	37
4.11	Projeto para capacitação e armazenamento de água	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	41
	APÊNDICES	43
	ANEXOS	51

1 INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado teve a preocupação de investigar a importância socioeconômica das atividades agrícolas na vida dos agricultores do Sítio Uruçu Aroeiras/PB, uma vez constatado que os agricultores dessa comunidade praticam suas atividades agrícolas como forma de sobrevivência. Constatamos que em função das atividades estes agricultores ainda utilizam-se de instrumentos e técnicas bastante atrasadas se comparado com as práticas agrícolas modernas, além da pouca disponibilidade de terras para o plantio. Fato que do ponto de vista da produção e conservação dos recursos naturais pode de modo geral proporcionar enormes perdas, tanto no que se refere a produtividade quanto no tocante a conservação dos recursos naturais. O que leva essas famílias de agricultores a apresentarem baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico.

O processo de investigação em relação com os objetivos deste trabalho preocupou-se em caracterizar o tipo de renda destes trabalhadores rurais, posto que as atividades agrícolas não se constitui como única fonte de renda das famílias do Sítio Uruçu. Constatamos a existência de outras fontes de renda no interior desta comunidade, onde destacamos a aposentadoria, programas sociais das entidades públicas e salários como prestadores de serviços realizados dentro e/ou fora da comunidade entre outros.

No que se refere ao embasamento teórico deste trabalho utilizamos obras de vários autores que se relacionam com o tema abordado ao exemplo de Barbosa e Lages (2007, p. 6) que afirma

que o tamanho dos estabelecimentos agrícolas torna-se um fator limitante a sustentabilidade econômica deste sistema de produção, uma vez que no modelo agrícola convencional para uma propriedade ser considerada sustentável, ela deve produzir em grande escala, ter pouca mão-de-obra e serem eficientes tecnologicamente.

Por isso, a agricultura familiar deve procurar a diversificação produtiva e, agregação de valor aos seus produtos finais, processo que eleva o nível da produção e a satisfação das famílias de agricultores desta comunidade rural.

Metodologicamente no processo de construção deste trabalho aplicamos junto aos moradores desta comunidade rural um questionário descritivo com entrevista direta com os mesmos, sendo selecionados aleatoriamente 51 agricultores do total de 516, correspondendo a 9,9% do total dos habitantes da mesma. Através deste método coletamos dados referentes à

Idade, estado civil, tempo que reside no Sítio Uruçu, número de pessoas por residências, renda familiar, tipos de rendas e níveis de escolaridade. Outros indicadores da produção agrícola foram considerados tais como: tipo de agricultura existente, nível de satisfação com o trabalho agrícola, o modo como consideram as terras em que trabalham, a forma como é preparada a terra para o plantio das culturas, como os agricultores desta comunidade rural se relacionam com a cidade de Aroeiras/PB, se são acompanhamento por cooperativas, se ocorre existência de algum apoio dos poderes públicos quanto ao fornecimento de equipamentos para auxiliar na produção agrícola, assim como a existência de algum projeto voltado para capacitação e armazenamento de recursos hídricos, como se processa o destinado da produção agrícola, entre outros. A análise e compilação destes dados serão considerados para mensurarmos a importância socioeconômica das atividades agrícolas na vida dos agricultores do Sítio Uruçu no município de Aroeiras/PB. Por fim, segue nossas considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A agricultura e a questão ambiental: o semiárido nordestino

Ao abordarmos o processo de produção agrícola devemos considerar que este encontra-se diretamente relacionado com a problemática ambiental, pois as constantes alterações climáticas advindas do processo do aquecimento global causado pela degradação ambiental, tem proporcionado as atividades agrícolas uma serie de transformações no que se refere a sua produção, comercialização e consumo. Partimos de uma necessidade de estudos que nos façam compreender os fenômenos que alteram os ciclos normais dos ambientes naturais, posto que estes afetam de forma direta e indireta a produção agrícola e conseqüentemente a vida das sociedades rurais e urbanas. Dentro deste processo corroboramos com Campus (2001, p. 312), quando ele coloca que:

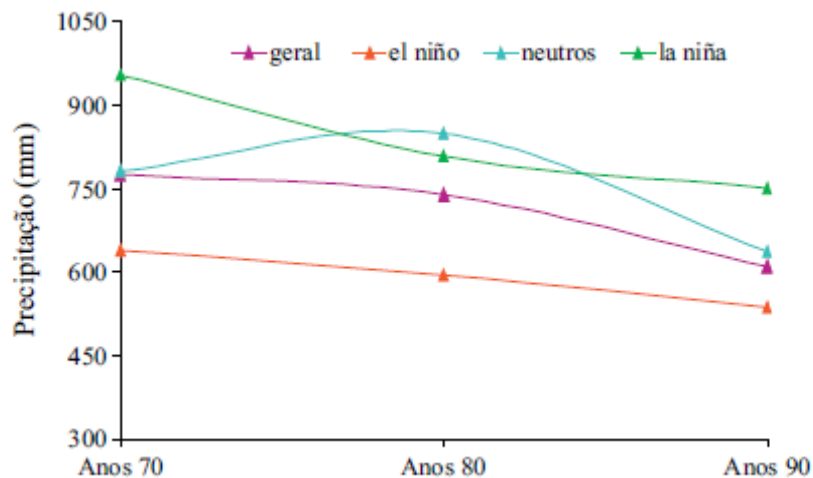
A profunda transformação ambiental que se processa atualmente no mundo, alargando as áreas de desmatamento e de superexploração do solo agrícola, intervindo no mecanismo de reciclagem do vapor d'água, bem como desequilibrando o balanço de energia da superfície, produzem alterações climáticas, notadamente em meso e micro escalas. A desertificação é um dessas modalidades e, frequentemente, se manifesta pela degradação generalizada do ambiente como resultado de práticas exploratórias incorretas. A sociedade industrial assumiu, inegavelmente, uma atitude dilapidadora em relação ao meio ambiente, dissipando recursos e desorganizando, muitas vezes de forma irreversível, os sistemas naturais, especialmente os das baixas latitudes, em virtude do modelo econômico global que transformou num primeiro momento, os Países aí situados em produtores de matérias-primas.

A esse respeito consideramos que as terras inseridas no semiárido nordestino encontram-se caracterizadas por e a partir do processo de degradação de seus recursos naturais e humanos, posto que os desequilíbrios ambientais e a ineficiência produtiva tem contribuído de forma decisiva para a baixa condição socioeconômica das famílias inseridas neste território. Carvalho (1988, p. 7) afirma que esse processo se estabelece já que:

Toda a região do semiárido nordestino brasileiro é caracterizada pela baixa e má distribuição das precipitações pluviométricas, como é o caso da Paraíba, onde a cada quatro anos, um é de seca. A variação pluviométrica média oscila entre 700 e 800 mm anuais, a evaporação é em torno de 2000 mm/ano. O Trópico semiárido apresenta duas estações bem distintas, uma seca/verão na qual chove muito pouco, e uma úmida/inverno cuja precipitação de chuvas varia de acordo com os limites mencionados acima, concentrando-se nos primeiros meses do ano.

Os baixos índices pluviométricos, apresentados na região do semiárido nordestino, apresentam-se como um fator limitante no que se refere ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, fato que se acentua em função da baixa utilização de máquinas, equipamentos e outros recursos tecnológicos capazes de minimizar a carência de disponibilidade dos recursos hídricos nessa região. Ao lermos o cartograma que segue (Gráfico 01) é possível observarmos a distribuição dos recursos hídricos no semiárido nordestino.

Gráfico 01 - Precipitação média nas décadas de 70, 80 e 90 para o estado da Paraíba



Fonte: Moraes Neto, Barbosa e Araújo (2007, p. 62)

Em função principalmente dos baixos índices pluviométricos e conseqüentemente da baixa disponibilidade de recursos hídricos, a região semiárida do nordeste brasileiro é alvo de constantes debates e programas que em tese buscam reduzir os efeitos das secas e melhorar as condições de vida de milhares de famílias que vivem ou sobrevivem neste território. Carvalho (1988) relata com propriedade que dentro do projeto de desenvolvimento do nordeste

Governo Federal criou um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) que produziu um importante relatório, fundamentado em análise realizada sobre a problemática regional, no qual era sugerida a adoção das seguintes medidas: intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira; transformação da economia agrícola da faixa úmida com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos aos centros urbanos; transformação progressiva das zonas semiárida no sentido de elevar sua produtividade e torná-las resistentes ao impacto das secas; deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste objetivando incorporar a economia da região as terras úmidas do Nordeste. Neste contexto a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) veiculou a visão de que a capacidade dos açudes, então existentes, já era suficiente para atender a demanda d'água na zona semiárida (CARVALHO, 1988, p. 27).

A SUDENE, cujas perspectivas eram as melhores possíveis na sua criação, descambou, sob o controle dos velhos políticos para a chamada “indústria da seca” sabida em cavar fontes e rios de dinheiro, canalizando para o bolso de particulares e deixando o povo na sede e na pobreza. Dentro este contexto de ineficiência das ações governamentais e de corrupção política, constatamos uma solução alternativa capaz de reduzir os efeitos das secas, esta surgiu exatamente a partir da participação das comunidades pobres, com o apoio de parte do poder público. Isso acontece no momento de uma singular mudança no meio do povo, antes objeto dos desmandos das elites e agora sujeito organizado em movimentos e com experiências concretas que podem se processualmente construídas em fonte de libertação e de autonomia hídrica das comunidades rurais. Assim uma revolução silenciosa começou a avançar no semiárido. Trata-se da construção de um milhão de cisternas para abastecer um milhão de famílias com água de chuva. Como observa Montenegro (2009, p. 167) ao colocar que.

A Articulação do Semiárido (ASA) está propondo o projeto “Uma terra e duas águas”. Visa proporcionar a cada família do semiárido uma área de terra suficiente para viver com dignidade; uma água para abastecimento humano (cisterna caseira) e uma segunda água para a produção agropecuária. O resultado disso foi celebrado na romaria da terra e das águas na Bahia em Bom Jardim da Lapa em julho de 2005. Esse projeto é sustentável, econômica, social e ambientalmente. Por outro lado é desconcentrador, atinge a população difusa, a que mais passa sede hoje. Mantém a qualidade da água, evita a evaporação, não impacta o ambiente, ao contrário das obras hídricas gigantescas, como a da transposição do Rio São Francisco. Esta apenas transfere a água de uma bacia para outra já abastecida com muita água dos açudes, suscita dúvidas quanto à salinização de solos e aumenta o desperdício da água. A transposição representa o atraso, o desconhecimento dos limites da natureza, o hidrogênio mesclado com a indústria da seca.

Observamos que a problemática da escassez de água no semiárido nordestino tem se prorrogado por varia gerações, proporcionando principalmente ao homem do campo uma serie de incompatibilidades seja através dos processos migratórios e/ou por ocasião das péssimas condições de vida que este são condenados a enfrentar.

2.2 A problemática da irrigação do semiárido nordestino

O Semiárido nordestino tem como traço principal as frequentes secas que podem ser caracterizadas pela ausência, escassez, alta variabilidade espacial e temporal das chuvas. Não é rara a sucessão de anos seguidos de seca. As características do meio ambiente condicionam fortemente a sociedade regional a sobreviver principalmente de atividades econômicas ligadas basicamente à agricultura e à pecuária. Estas se realizam sempre buscando o melhor aproveitamento possível das condições naturais desfavoráveis, ainda que apoiadas em base técnica frágil, utilizando na maior parte dos casos por tecnologias tradicionais. Assim o não aprimoramento das técnicas de produção pode contribuir de forma decisiva para a redução da produção agrícola. Dentro deste processo, Carvalho (1988, p. 398-401):

Afirma que a área irrigável é da ordem de 1,5 milhão de hectares entre todas as classes de solos, número que poderia saltar para 2,2 milhões de hectares, caso fossem feitas transposições de vazões do Rio São Francisco para diversos vales da região (O que decididamente, não constitui obra de simples realização).

Observamos que os projetos de integração de bacias hidrográficas podem de forma contundente contribuir para minimizar os efeitos das secas nesta região, porém salientamos ainda que o projeto de integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste setentrional tem se constituído em uma ambição que se prolonga a vários séculos e aflige o Nordeste, governo e sociedade nordestina, principalmente a mais pobre economicamente. Portanto minimizar o problema da seca no semiárido brasileiro é uma questão de extrema necessidade. Em função deste processo Souza (1997, p. 511) coloca que:

Em relação à ideia de irrigação, cumpre-se salientar que se está diante da atual parceria para a questão do semiárido, e que se manifesta tanto na retórica oficial como na classe empresarial. Trata-se mesmo de uma euforia e, no limite, alguns imaginam que todo o semiárido poderá ser irrigado. No entanto, a sobriedade teórica exige que se tome com reservas dados delirantes acerca do potencial de terras sujeitas a irrigação.

Já Gomes (2001), ressalta-se que essa total euforia com a ideia de irrigação, associada, atualmente ainda, à proposta de transposição das águas do São Francisco, nem mesmo constitui novidade, vez por outra se fez presente na retórica de empresários, dirigentes públicos e políticos. A Panaceia da irrigação constitui, pois terrível farsa, tal como a “solução hidráulica” de outrora, só que com uma linguagem mais moderna.

Ao contrário do que pensam alguns políticos o debate sobre transposição de águas do rio São Francisco, não envolve apenas o aspecto técnico, mas principalmente as questões de ordem política e os elementos fundamentais que serviram e servirão de base para a adoção de políticas públicas, principalmente para a região Semiárida.

2.3 A água no semiárido do Nordeste e da Paraíba

Segundo a Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil (FASER, 2011),

As políticas públicas adotadas pelos sucessivos governos para a região semiárida paraibana, nos últimos 50 anos, em quase nada contribuíram para que as famílias do campo e da cidade tivessem uma verdadeira compreensão da dimensão do que é viver e conviver numa região semiárida. As estratégias utilizadas para a convivência baseada na construção de grandes açudes, grandes adutoras e grandes projetos de irrigação não foram suficientes nem adequadas para conter o êxodo rural, a sede, a fome, a pobreza e a miséria na região. Elas contribuíram e contribuem para elevar a cultura do desperdício de água, agressão ao meio ambiente e ao abandono. Existem na Paraíba 133 médios e grandes açudes com uma capacidade de armazenamento de água da ordem de 3,9 bilhões de metros cúbicos, capacidade essa superior à necessidade de consumo, pela população e meios de produção, se levarmos em consideração uma lógica de convivência sustentável no semiárido.

O debate sobre o referido tema, aqui na Paraíba, vem acontecendo em fóruns que atendem apenas à conveniência política partidária de alguns grupos dominantes, e as organizações da sociedade civil tem poucos espaços nesses ambientes.

A Paraíba dispõe de uma experiência nada agradável sobre Transposição de águas, da sub-bacia do rio Piancó ou mais precisamente da barragem Coremas/Mãe D'água para as várzeas de Sousa. Dez anos se passaram, já foram gastos R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) com obras, equipamentos e desapropriação de terras que visam irrigar 4.500 hectares, gerarem 36.000 (trinta e seis mil) empregos, direta e indiretamente, mas até o momento nenhuma área foi irrigada e apenas foram gerados os empregos temporários na construção do canal, instalação da estação de bombeamento e redes de distribuição de água, empregos esses que já foram extintos. Portanto mais uma grande obra que não chegou a sua conclusão e se encontra atualmente em estado de abandono, não servindo como referência para nenhuma região e muito menos para justificar a transposição de águas do Rio São Francisco (FASER, 2011).

Muitos projetos gigantescos desenvolvidos no Brasil tendem a vislumbrar o descaso e conseqüentemente o total abandono, pois não conseguimos observar a continuidade dos mesmos a médio e longo prazo, já que a continuidade destes dependem da vontade de certos grupos políticos, posto que quando ocorre a sucessão de poder os projetos anteriores ficam em sua maioria fadados ao total abandono, não importando os montantes de recursos a eles destinados.

2.4 O polígono das secas

Segundo a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF, 2011), o Polígono das Secas é um território reconhecido por apresentar períodos críticos de prolongadas estiagens, apresentando diferentes zonas geográficas com distintos índices de aridez, indo desde áreas com características estritamente de seca, com paisagem típica de semi-deserto a áreas com balanço hídrico positivo, como a região de Gilbués, no Piauí.

Abrange oito Estados nordestinos - o Maranhão é a única exceção -, além da área de atuação da Adene em Minas Gerais, com 121.490,9 km², e

compreende as áreas sujeitas repetidamente aos efeitos das secas. Já o Semiárido ocupa 841.260,9 km² de área no Nordeste, nas regiões do Agreste e Sertão nordestinos e outros 54.670,4 km² em Minas Gerais e caracteriza-se por apresentar reservas insuficientes de água em seus mananciais, nas regiões do Agreste e Sertão Nordestinos. O Polígono das Secas foi criado por uma lei de 7 de janeiro de 1936 e posteriormente teve complementado o seu traçado pelo Decreto-Lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946. Pela Constituição de 1946, Art. 198, Parágrafos 1º e 2º, foi regulamentada e disciplinada a execução de um plano de defesa contra os efeitos da denominada seca do Nordeste. A Lei nº 1.004, de 24 de dezembro de 1949 regulamentou as alterações constantes na Lei Maior, entretanto não foi alterada a área do Polígono. Pela Lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, a área do Polígono sofreu revisão dos seus limites. [...] O Decreto-Lei de nº 63.778, de 11 de dezembro de 1968, delegou ao Superintendente da SUDENE a competência de declarar, observada a legislação específica, quais os municípios pertencentes ao Polígono das Secas. Esse Decreto-Lei regulamentou e esclareceu que a inclusão de municípios no Polígono, somente ocorreria para aqueles criados por desdobramento de municípios anteriormente incluídos total ou parcialmente, no mesmo Polígono, quando efetuados até a data da lei regulamentar, ou seja, de 30 de agosto de 1965 (TIOSAM, 2011).

Figura 01 – Polígono da seca¹



Fonte: Perejo (2011)

¹ Mapa do polígono da seca compreendendo os 09 estados brasileiros e suas respectivas capitais.

Como podemos vislumbrar na Figura 01 a área denominada de Polígono das secas corresponde a uma extensa faixa de terras localizada principalmente na região nordeste, processo que coloca esta região como a mais propensa a desertificação e ao desequilíbrio socioambiental e socioeconômico no país.

2.5 A desertificação como forma de degradação ambiental no Brasil

A partir das atividades predatórias desencadeadas em grande escala inicia-se a degradação e o empobrecimento da natureza, da qual a desertificação é uma das modalidades. O processo de transformação da natureza, qualquer que seja a dimensão da análise ou a escala em que se verifica, não pode ser dissociado da ação exercida pela sociedade. Esta interfere no meio em busca de recursos para a sobrevivência, desencadeando um processo interativo de consequências nada desprezíveis, estudadas, de longa data, pelos geógrafos.

A problemática da desertificação atinge quase todos os países de mundo, porém tratarem deste tema com atenção voltada para o Brasil, já que esse processo encontra-se em plena expansão em nosso território, especialmente na região Nordeste. Para Campus (2001, p. 257),

As regiões sub-úmidas ou semiáridas, de população relativamente densa, são as de maior risco de degradação e os estudos têm demonstrado que as diversidades exploratórias descontroladas constituem a principal causa da desertificação. As pesquisas sobre este tema, desde as investigações pioneiras do engenheiro Albert de Aubreville na África Equatorial, sempre assinalaram a importância da ação antrópica no desencadeamento do processo de desertificação.

A pressão advinda do aumento populacional foi reforçada pelo poder de intervenção no meio, decorrente do uso de equipamentos mais agressivos como, por exemplo, motosserras, desfolhantes químicos, escavadeiras mecânicas etc. que ampliaram enormemente a força da destruição. Continuamente vêm ocorrendo mudanças no modelado, nos sistemas hidrográficos, nas camadas do solo e no comportamento do clima, que se refletem na cobertura vegetal, na fauna, na desagregação das rochas e nos processos morfogenéticos. como um todo. Segundo nos coloca Carvalho (1988, p. 146):

A questão da contenção dos fluxos migratórios na região vem ao longo dos anos passando por vários tipos de providências para reter os efeitos da seca, e as argumentações para justificá-la tem sido das mais variadas, no entanto, as mais comuns ao viabilizarem a oferta regional de alimentos, abrem oportunidades de trabalho e geram rendas, propiciando dessas maneiras maiores dividendos sociais e econômicos. Contudo, algumas questões se colocam: o problema da região é de insuficiente dotação de água, de má distribuição ou de má utilização? Os esforços voltados para a irrigação no Nordeste e na Paraíba têm sido o melhor caminho de contenção de fluxo migratório? que resultados foram alcançados através de projeto públicos federais e regionais de irrigação nessas áreas?

O problema maior, no semiárido brasileiro, não tem sido tanto a terra, senão a água. Embora a construção de açudes tenha sido a política número um, até metade do século XX, não havia sido desenvolvido um sistema adequado de irrigação, permanecendo a grande massa de água sem sua total disponibilidade. Poços e cataventos também foram construídos no Ceará desde 1914. Não obstante o problema continuava porque se tratava, então, da propriedade da água. Jamais se discutiu sequer os direitos das populações camponesas à água. Sequer o código de águas de 1934 mudou esta apropriação individualista e expansivista dos donos de terra (e água). Ser dono de terra significava possuir e controlar todos os mananciais, o que praticamente, ocorre ainda hoje, embora haja uma nova lei no papel: a Política Nacional de Recursos Hídricos. Vale salientar que segundo nos revelaram os moradores do Sítio Uruçu em função da construção de cisternas de placa na comunidade que nos últimos anos as famílias que foram beneficiadas com a construção de cisternas de placas alcançaram certa autonomia em função do abastecimento de água para o consumo doméstico, proporcionando uma melhora, ainda tímida, na qualidade de vida dessas famílias. O depoimento² de um trabalhador rural do Sítio Uruçu nos coloca que:

“A Igreja (católica) teve uma participação importante, porque todos os moradores foram contemplados com as cisternas; mas muitos não quiseram aderir ao projeto como aconteceu com as cisternas distribuídas pela Prefeitura que não houve sucesso porque muita gente se recusou a fazer o cadastro porque não acreditava no projeto” “Antes dessas cisternas era muito ruim, pois nós carregava água de cacimba, açude ou barreiros. Hoje graças a Deus temos essa riqueza, graças a quem teve pensamento de olhar para nós”

Mesmo em função da importância da captação e armazenamento dos recursos hídricos, observamos a partir de nossa pesquisa uma reduzida participação das famílias nos

² Depoimento de uma agricultora quando indagada sobre a cisterna existente em sua residência (Dados da pesquisa de campo, em julho de 2011).

projetos de socialização dos recursos hídricos no município de Aroeiras/PB. Observar Figura 02, que registra a identificação dos parceiros e/ou colaboradores inseridos na construção das cisternas de placas no município de Aroeiras/PB.

Figura 02 – Identificação na Cisterna do Projeto Articulação do Semi Árido (ASA)³



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011)

2.6 A agricultura sustentável

A agricultura sustentável é um sistema produtivo que em seu bojo conceitual procura valorizar o conhecimento tradicional do agricultor que é repassado de geração a geração, procurando adaptar esse conhecimento em busca de uma maior conservação do meio ambiente, de maneira a utilizar os recursos encontrados na propriedade como insumos naturais e gerar mais emprego que o atual sistema agrícola industrial, pois é mais intensivo em mão-de-obra.

³ Placa na Cisterna do Projeto Articulação do Semiárido – Sítio Uruçu.

Dessa maneira, surge como uma alternativa em detrimento ao modelo agrícola convencional, como uma possibilidade de reprodução social e econômica dos agricultores familiares e uma opção de combate aos impactos ambientais causados pela falta de orientação na produção agrícola.

Segundo Furtado (1980), simplificadamente, a economia da região Nordeste é definida como um complexo da pecuária bovina extensiva e agricultura, ambas de baixo rendimento combinando elementos monetários (representados basicamente, pela pecuária e pela cultura de xerófilas, voltadas para o mercado) com outros monetários (as tradicionais lavouras de subsistência).

Dadas suas condições naturais, seria razoável esperar que esse espaço apresentasse uma baixa densidade demográfica, estabelecendo-se assim um equilíbrio entre uma população residente e os recursos naturais disponíveis. No entanto, o avanço da agricultura de subsistência no semiárido provocou um forte adensamento demográfico. Trata-se aqui, enfim, de deslocar a discussão dos fatores climáticos – sem negá-los, evidentemente, para a estrutura econômico-social, o que equivale a afirmar que esta última tem o poder de ampliar sobremaneira os efeitos da estiagem. Para Guedes (2007, p. 23):

A sociedade brasileira apresenta fortes disparidades produtivas no tocante à produção agrícola. Destacam-se por um lado as atividades agrícolas voltadas para a exportação, como por exemplo, a canaveira e a cafeeira, privilegiadas por linhas de crédito e fortes disponibilidades de linhas de créditos especiais, de terras de boa qualidade e com mãos-de-obra assalariadas.

Junto com o problema da modernização agrícola, o tamanho dos estabelecimentos agrícolas torna-se um fator limitante à sustentabilidade econômica deste sistema de produção, uma vez que, no modelo agrícola convencional, para uma propriedade ser considerada sustentável, ela deve produzir em grande escala, ter pouca mão-de-obra e ser eficiente tecnologicamente. Por isso, a agricultura familiar deve procurar a diversificação produtiva e agregação de valor aos seus produtos finais. De conformidade com Campus (2001, p. 259):

Diante deste contexto de degradação dos sistemas produtivos notadamente é a agricultura familiar o mais adequado para a recuperação do meio-ambiente, que sofre com problemas decorrentes das ações da atividade econômica (especialmente a agropecuária). E dessa forma sejam criadas alternativas para que haja uma melhoria nas condições sociais, econômica e ambiental para os agricultores especialmente para os agricultores familiares em regiões áridas e semiáridas.

Na década de 90, emerge com maior força a chamada “Agricultura Sustentável”, um modelo agrícola alternativo à revolução verde⁽⁸⁾. Esse modelo se constitui como uma corrente que busca integrar o homem com o meio ambiente, utilizando processos de produção condizentes com o lócus de produção, de maneira a preservar a natureza e o seu saber local.

2.7 A questão do semiárido e a geografia agrária

Preocupada com o legado natural e cultural que será deixado às próximas gerações, esse parece ser o rumo da Geografia Agrária para o futuro, interessada em questões relacionadas à percepção dos impactos ambientais das atividades agrícolas e às alternativas ecologicamente sustentáveis, às estratégias de sobrevivência e progresso de grupos familiares sem perda de seus traços culturais fundamentais, à visão integrada das atividades agrícolas, numa espécie de “nova paisagem”, na qual o visível e as forças invisíveis, em interação, sejam consideradas na concepção dos lugares, sem menosprezar os fluxos e as trajetórias globais que os determinem. Enfim, o futuro parece apontar para uma ciência preocupada com a percepção dos impactos ambientais, com a continuidade dos traços culturais dos grupos sociais e a concepção dos lugares (FERREIRA, 2002).

Para Guedes (2007), o pequeno trabalhador rural brasileiro não se encontra como objeto principal de desenvolvimento e muito menos a sua pequena e minimizada produção agrícola, do ponto de vista das ações governamentais, principalmente no tocante aos recursos destinados a essa tão importante e ao mesmo tempo marginalizada atividade. Importante no que se refere ao abastecimento do mercado interno já que a agroindústria, desenvolvida em grandes propriedades presta-se ao abastecimento dos mercados externos. A pequena agricultura desenvolvida no Brasil é a grande responsável pela maioria dos empregos criados nesse setor, ao contrário da agroindústria que, inserida no bojo do processo de modernização financiado com recursos do Estado (ou seja, do trabalhador), acaba por produzir uma elevação no número de desempregados no setor agropecuário brasileiro. O Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (PRONAF) é exemplo da dualidade no direcionamento das políticas creditícias direcionadas ao campo brasileiro.

O PRONAF financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais. Em função do PRONAF, podemos inferir que o mesmo foi:

Criado em 1999 no âmbito do PRONAF para combater a pobreza rural, o Microcrédito Rural (também conhecido como Grupo B do PRONAF) é estratégico para os agricultores familiares pobres, pois valoriza o potencial produtivo deste público e permite estruturar e diversificar a unidade produtiva. Pode financiar atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda. São atendidas famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvam atividades produtivas no meio rural. Elas devem ter renda bruta anual familiar de até R\$ 6 mil, sendo que até 70% da renda podem ser provenientes de outras atividades além daquelas desenvolvidas no estabelecimento rural. A operacionalização do Microcrédito Rural é feita com recursos do Tesouro Nacional e dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Oferece bônus de adimplência sobre cada parcela da dívida paga até a data de seu vencimento. Além de ser ofertado com taxa de juros de 0,5% ao ano e ter prazo de reembolso de até dois anos para cada financiamento (BRASIL, 2011).

As políticas desenvolvidas pelo PRONAF proporcionam de modo geral pouco impacto econômico entre as comunidades beneficiadas, pois as mesmas disponibilizam linhas de créditos muitas vezes insuficientes para dinamizar o processo produtivo das comunidades rurais, além apresentarem uma constante irregularidade em suas atividades. Como o próprio nome nos remete a política de “microcrédito” desenvolvida nas pequenas comunidades rurais ao passo que para as grandes propriedades rurais observamos uma disponibilidade astronômica de recursos com juros baixos e em muitos casos as dívidas dos grandes produtores rurais quando não pagas são anistiadas, o que não ocorre com os pequenos produtores rurais. No que se refere ao prazo de pagamento das dívidas observa-se que para os pequenos produtores rurais estes são reduzidos enquanto que para os grandes proprietários de terras seus prazos para quitação de suas dívidas são extremamente longos. Em função das disparidades das políticas de créditos para a agricultura constatamos que a pequena propriedade rural está fadada ao atraso e a marginalização de suas atividades produtivas e socioeconômicas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A comunidade rural do Sítio Uruçú

O Sítio Uruçu é constituído de uma população de 516 habitantes distribuídos em 136 residências conforme dados da Prefeitura, sendo que os moradores desta comunidade dependem parte ou exclusivamente das atividades agrícolas. Mesmo pertencendo a mesma comunidade rural e praticamente desenvolvendo as atividades agrícolas para sobreviver essas famílias de agricultores apresentam uma serie de diversidades as quais necessitam de politicas e publicas diferenciadas. Desta forma, alertamos a necessidade de inserir dentro do contexto socioeconômico deste trabalho as diversidades socioeconômicas desta comunidade rural.

4.2 Renda familiar

Ao considerarmos os componentes constituidores da renda familiar dos componentes do Sitio Uruçu, constatamos que a maior geradora desta renda esta ligada aos programas sociais do governo federal (49%) e/ou aposentadoria (34%), seguida de salário (11%) com outras rendas como trabalho doméstico, venda de produtos ou comércio e ainda com salário da prefeitura, fato que nos alerta para a fragilidade em função da renda obtida por essa população, como podemos observar na Tabela 01.

Tabela 01 – Tipo de renda familiar apresentada pelos agricultores do sítio Uruçu

TIPOS DE RENDAS	
Aposentadoria	34%
Trabalho remunerado	11%
Programas Sociais	49%
Outros	06%
Total	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011)

Vale salientar que as atividades agrícolas são responsáveis pela satisfação alimentar dessas famílias, sendo as rendas oriundas dos programas sociais do governo federal complementares as despesas familiares, exceto quando nos remetemos aos aposentados posto que estes dependem quase que exclusivamente do benefício da aposentadoria para a manutenção das despesas domésticas.

Do ponto de vista numérico identificamos que a renda existente entre as famílias dos agricultores do Sítio Uruçu ainda são bastante baixas, posto que mais da metade da população entrevistada afirmaram ter renda em moeda corrente inferior a menos de meio salário mínimo. Como podemos constatar nos números da Tabela 02.

Tabela 02 – Renda familiar total dos agricultores do Sítio Uruçu

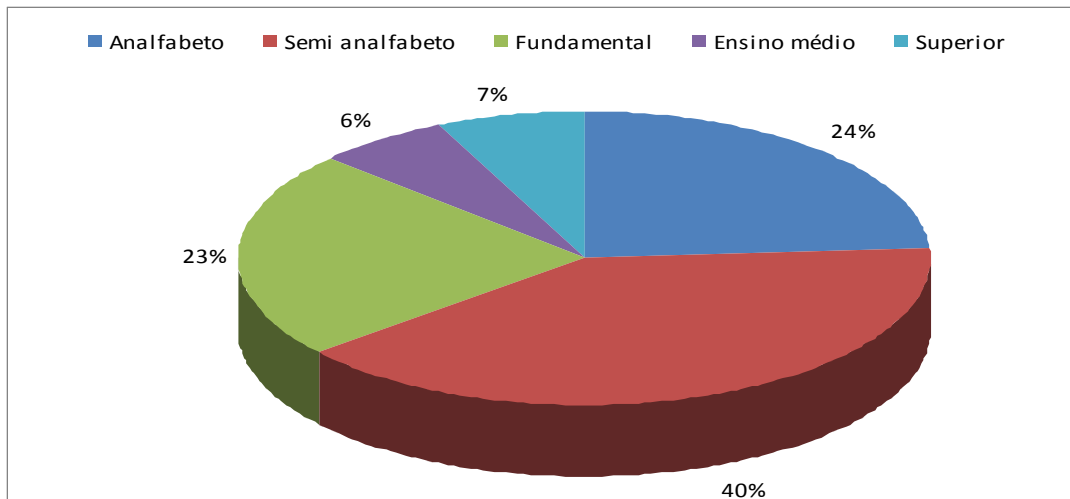
RENDA FAMILIAR	
Menos de um salário mínimo	59%
Um salário mínimo	21%
Entre um e dois salários mínimos	16%
Acima de 02 salários mínimos	4%
Total	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011)

Apesar da existência de outras fontes de renda, a produção agrícola é um forte elemento para a constituição dos recursos proporcionando melhores condições de vida para os habitantes desta comunidade, visto que os produtos agrícolas são na maioria destinados ao consumo próprio. Também observamos que os moradores que dispõem de terras para plantio não tem apoio de cooperativas locais para orientação tanto no que diz respeito ao cultivo das lavouras como ao próprio destino das mesmas. A inexistência de cooperativas e associações dificulta o desenvolvimento e a capacitação dos agricultores para melhor utilização do solo e do cultivo das diversas culturas disponíveis na região. De conformidade com os aspectos do nível de escolaridade desta comunidade observamos que este por ser considerado baixo se configura como um fator limitante ao desenvolvimento de cooperativas e de aperfeiçoamento dos trabalhadores rurais do Sítio Uruçu. O Gráfico 02 mostra o nível de escolaridade desta população.

4.3 Escolaridade

Gráfico 02 – Distribuição do nível de escolaridade apresentada pelos moradores entrevistados do Sítio Uruçu de Aroeiras



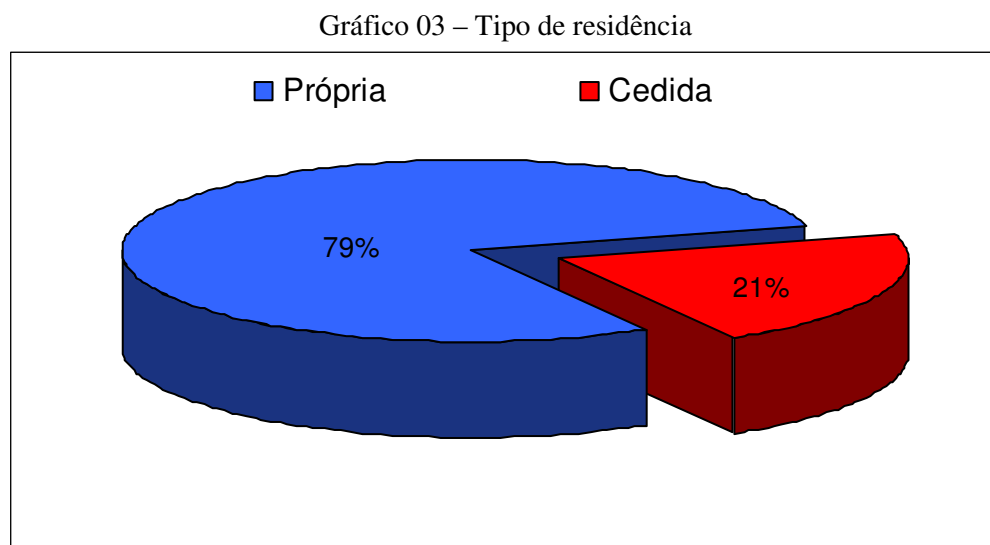
Fonte: Pesquisa da pesquisa de campo (2011)

Quanto ao nível de escolaridade 12 dos agricultores entrevistados (23%) foram considerados analfabetos por não saberem ler nem escrever; enquanto que 20 dos entrevistados são semi-analfabetos (40%), que assim foram considerados por saberem escrever ou assinar o próprio nome; já com o atual ensino fundamental foram apresentados 12 dos entrevistados correspondendo a 23%, com ensino médio 3 pessoas (6%) e de nível superior 4 pessoas, o que correspondeu a 7% dos entrevistados. Levando em consideração que as 4 pessoas com nível superior são professores da rede pública municipal e que tiveram incentivos dos pais e oportunidade de concluírem um curso de nível superior em Licenciatura em Biologia, Letras e/ou Pedagogia, assim observamos que os cursos de licenciatura apresentam-se como os de maior acesso entre as populações de baixa renda, fato que a longo prazo contribui para melhorar a vida dos habitantes desta comunidade rural.

O Sítio Uruçu dispõe apenas de uma escola de nível fundamental I (Escola Estadual de Uruçu) fundada em 1943. As dificuldades de compreensão, de concentração e de empenhamento que se verificam em muitos alunos têm, muitas vezes, origem na ausência de estímulos de diversa ordem, cujas causas estão, freqüentemente, ligadas a insuficiências econômicas e/ou culturais dos respectivos meios familiares. A importância da educação associada ao desenvolvimento socioeconômico pode ser caracterizada pela forma de aprendizagem e por características em que está inserida a população, levando em

consideração também o nível dos educadores que atuam nas escolas públicas, pois devido à falta de profissionais não é exigida qualificação profissional. Outro aspecto importante para compreendermos as condições socioeconômicas das famílias do Sítio Uruçu é o tipo de residência predominante nesta comunidade, como podemos observar no Gráfico 03.

4.4 Tipo de residência



Fonte: Pesquisa da pesquisa de campo (2011)

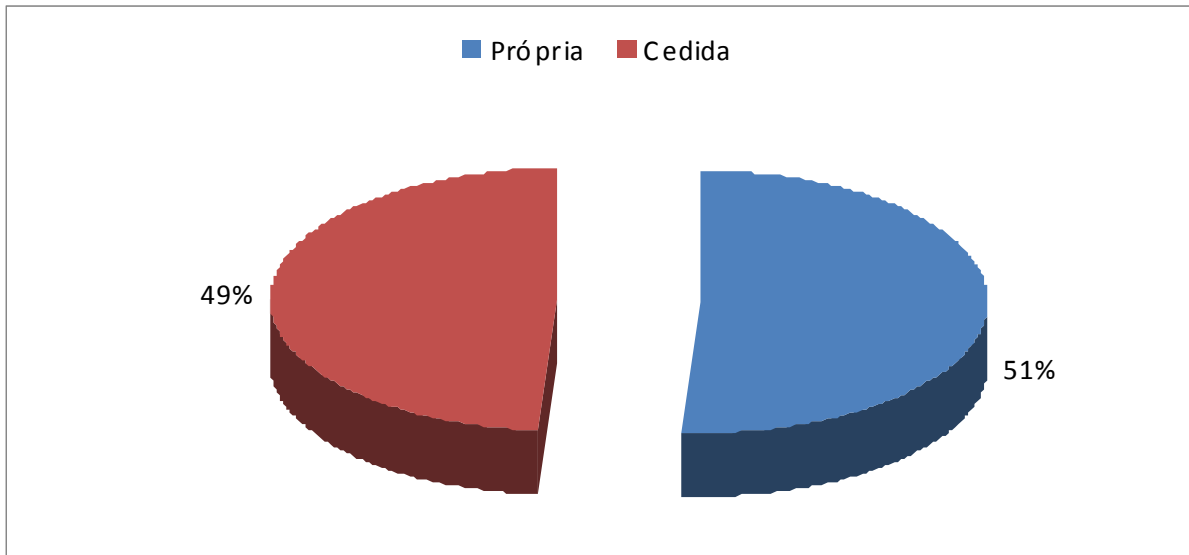
Quanto ao tipo de moradia constatamos que 40 (79%) dos entrevistados moram em casas próprias, muitas vezes adquiridas por herança, assim como as terras em seu entorno o que proporciona a continuidade das atividades agrícolas por membros mais novos das famílias e a conservação das moradias já 11 dos entrevistados correspondente a (21%) moram em casas cedidas por proprietários de terras que moram na própria cidade (zona urbana) e até em outras cidades e que contratam pessoas para serem os guardiões das terras, cedendo a casa para moradia e as terras para o plantio. Sabe-se que boa parte das famílias da zona rural tem habitações ou moradias precárias, mas, no Sítio Uruçu, observamos que as residências são construídas de tijolos e com infraestrutura básica, munida de banheiros ou fossas para recolhimento de detritos. A comunidade, apesar da existência de tubulação que passa pelo sítio vindo da barragem de Acauã, não dispõe de água encanada, restando os métodos de reservatórios em tanques e cisternas de águas provindas do Açude de Uruçu. Com relação à

energia elétrica, há uma unidade de subestação da Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S/A (ENERGISA) - implantada no ano de 2010, o que beneficia a comunidade com a utilização de equipamentos eletro eletrônicos que vem em desencontro com os métodos de utilização do fogão a lenha e carvão para o cozimento dos alimentos, ainda que boa parte dispõe também de fogão a gás. A comunidade também dispõe de atendimento de saúde pelo Programa de Saúde da Família (PSF), através de atendimento no posto de saúde da comunidade localizado na cidade de Aroeiras/PB, sendo acompanhados pelo Agente Comunitário de Saúde (ACS) da comunidade do Sítio Uruçu.

Abordamos junto aos agricultores desta comunidade rural a condição da propriedade da terra em que estes realizam suas atividades produtivas e obtivemos os resultados expostos no Gráfico 04.

4.5 Terras em que trabalham

Gráfico 04 - Terras em que trabalham

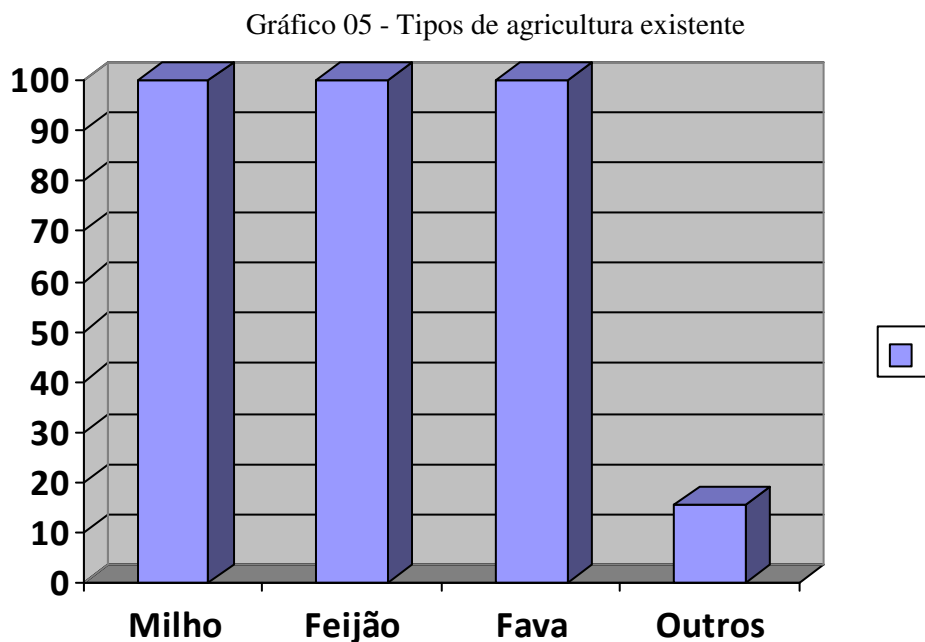


Fonte: Pesquisa da pesquisa de campo (2011)

De acordo com a pesquisa, 51% dos entrevistados trabalham em terras próprias. Com isso, podemos observar que apesar de 79% (conforme Gráfico 03) terem casa própria, uma boa parte desses agricultores não dispõe de terras próprias para trabalhar, o que os leva a trabalhar em terras cedidas, ou seja, de outros proprietários que disponibilizam suas terras para que esses agricultores desenvolvam suas atividades agrícolas, conforme constatamos na referida pesquisa, resultando em 49% dos entrevistados sem recursos de terras próprias. Essa parceria tem como finalidade a manutenção das terras para que assim o solo se torne sempre fértil para o cultivo da agricultura existente na região nos anos subsequentes. Os proprietários cedem suas terras porque são pessoas com grande número de hectares de terras para administrar e não conseguem acompanhar ou cuidar dessas terras com o objetivo de desmatar para a plantação de “palmas”, e assim alimentar os rebanhos bovinos no período da estiagem.

Posto que o processo de produção agrícola se estabelece necessariamente na região do semiárido paraibano por e a partir dos tipos de culturas cultivadas nessa região observemos no gráfico abaixo os principais tipos de culturas desenvolvidas na comunidade rural do Sítio Uruçu em Aroeiras/PB.

4.6 Indicadores da produção agrícola



Fonte: Pesquisa da pesquisa de campo (2011)

Predominantemente as culturas de subsistência ocupam lugar de destaque entre as cultivadas nessa comunidade rural, pois questionado quanto ao tipo de agricultura existente e cultivado foi citado em maior número (100%) o milho, feijão e a fava; ainda 8 dos entrevistados equivalente a 15,6% responderam que além do milho, feijão e fava também fazem plantio de outras agriculturas como: batata doce, Jerimum (Abóbora). Sendo considerados alimentos básicos da produção da agricultura familiar já que 100% dos entrevistados responderam que o cultivo dessa lavoura é destinado para consumo próprio.

Os agricultores dão preferência ao plantio de milho, feijão e fava por se tratar de alimentos de sobrevivência e por estar associado a própria cultura da comunidade e o tipo de agricultura apropriada para o solo da região. Um relato⁴ de certo agricultor desta comunidade rural refere-se a escolha dessas culturas.

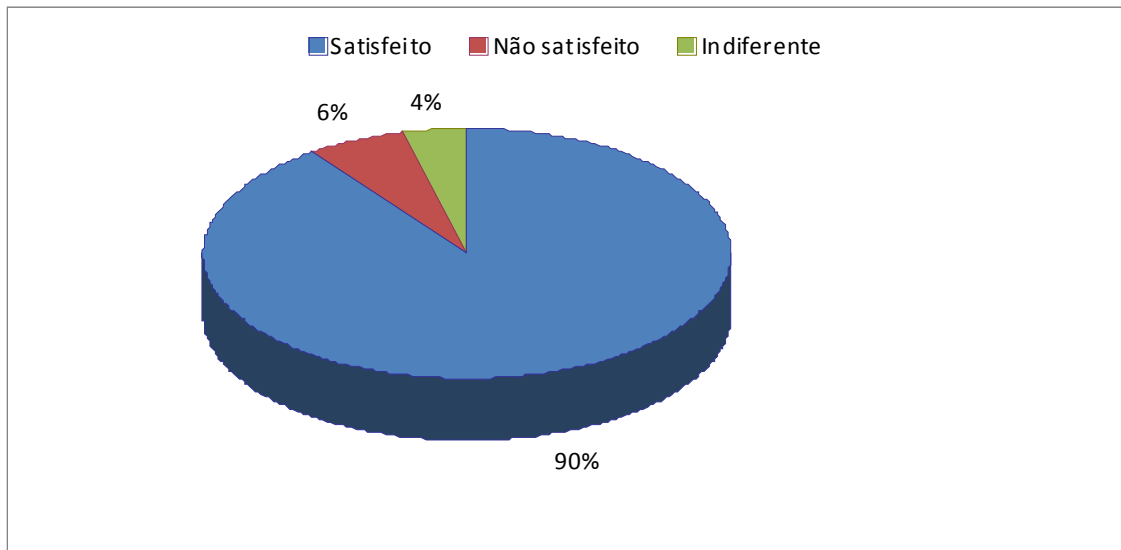
“O plantio é para consumo próprio, agente planta milho, feijão e fava; se agente tivesse um apoio dos órgãos públicos com distribuição de sementes de algodão, nós podia plantar o algodão e vender para ajudar nas despesas de casa”

Em função das enormes dificuldades vislumbradas e enfrentadas por todos os pequenos agricultores do Brasil em especial a aqueles territorializados no Sítio Uruçu, constatamos que estes apesar das dificuldades encontram-se na maioria satisfeito com o trabalho na agricultura como nos coloca o Gráfico 06.

⁴ Relato de morador do sítio Uruçu, quando entrevistado (Dados da pesquisa de campo, 2011).

4.7 Nível de satisfação com o trabalho agrícola

Gráfico 06 - Nível de satisfação com o trabalho agrícola



Fonte: Pesquisa da pesquisa de campo (2011)

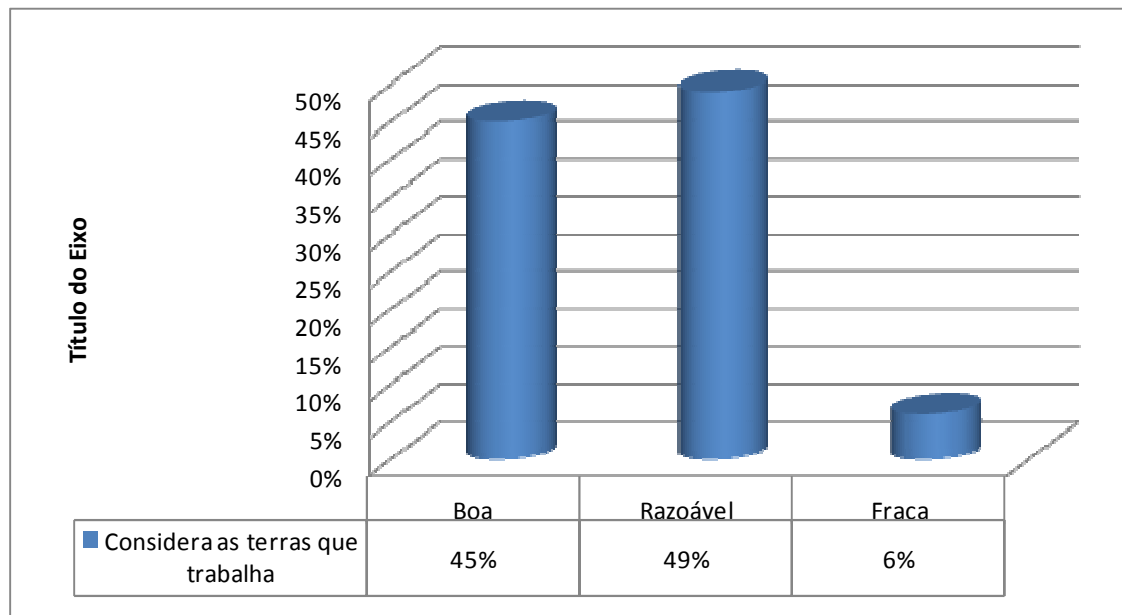
Observamos durante nossa pesquisa que 90% dos agricultores entrevistados afirmaram estarem satisfeitos com o trabalho agrícola. Os mesmos consideram o trabalho como fonte de renda e gostam do que fazem. O trabalho tem passado de geração em geração e como foi observado são moradores que firmaram seu habitat neste sítio e que possuem uma forte ligação emocional em função das atividades agrícolas, já que herdaram essa prática dos seus antepassados. Mesmo em frente as dificuldades com as frequentes estiagens e escassez de água que vem a desanimar o agricultor em período de baixa colheita, porém sabe-se que os agricultores já estão habituados com as poucas chuvas e a convivência com o solo seco e árido.

Para alguns agricultores, especialmente os agricultores aposentados, o trabalho agrícola é considerado como uma “terapia ocupacional” apesar das dificuldades com o preparo das terras, com falta de material especializado, orientação e até mesmo a liberação de semente por parte da Prefeitura culminando com a grande escassez de chuvas e a própria alteração climática, constatamos forte participação da população do sítio uruçú nas atividades agrícolas.

Se a satisfação dos agricultores do Sítio Uruçú de Aroeiras/PB com o trabalho agrícola lhes aparece como satisfatória passemos a vislumbrar como os mesmos se relacionam com a qualidade das terras em que trabalham.

4.8 Como considera as terras que trabalha

Gráfico 07 - Modo como os agricultores consideram as terras em que trabalham



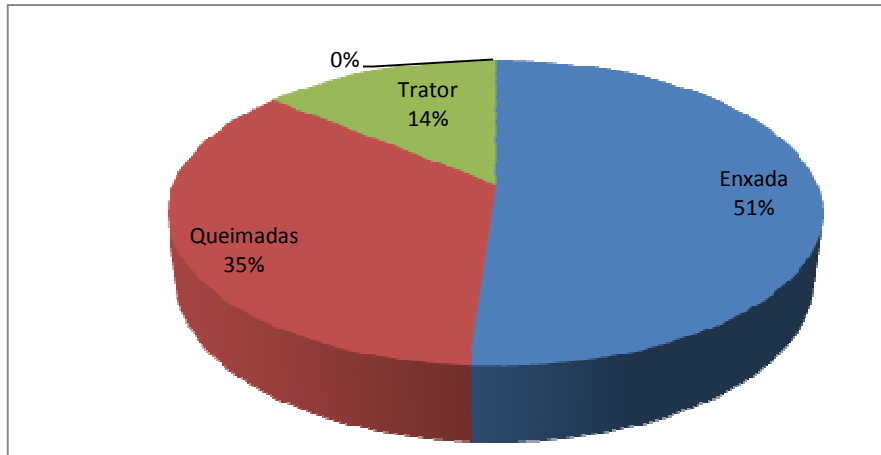
Fonte: Pesquisa da pesquisa de campo (2011)

Com relação às terras em que trabalham, 45% dos entrevistados consideram as terras boas; 49% razoáveis e 6% informaram que as terras são fracas. Os agricultores mais antigos consideram suas terras razoáveis por motivo do solo seco e pedregoso. Alguns consideram as terras fracas por não conseguirem resultados esperados com o plantio e por não terem uma orientação relacionando as terras disponíveis com a qualidade do solo e o tipo de vegetação existente. Vale salientar que nessa análise o agricultor considera a terra boa apesar do espaço agrícola com baixa produtividade por hectares plantados, fato que, de acordo com os depoimentos dos agricultores, ocorre em pequenas proporções.

Ao nos referirmos a qualidade das terras que compreendem as áreas agricultáveis do Sítio Uruçu verificamos que os produtores rurais desta comunidade acreditam que elas são de boa qualidade, estes não relacionam a qualidade da terra com insumos e equipamentos capazes de proporcionar uma maior produtividade por área plantada. Assim passemos a discorrer sobre as principais formas de preparo das terras destinadas ao plantio.

4.9 Formas de preparo das terras para o plantio de lavoura

Gráfico 08 - Forma de preparo das terras para o plantio da lavoura



Fonte: Pesquisa da pesquisa de campo (2011)

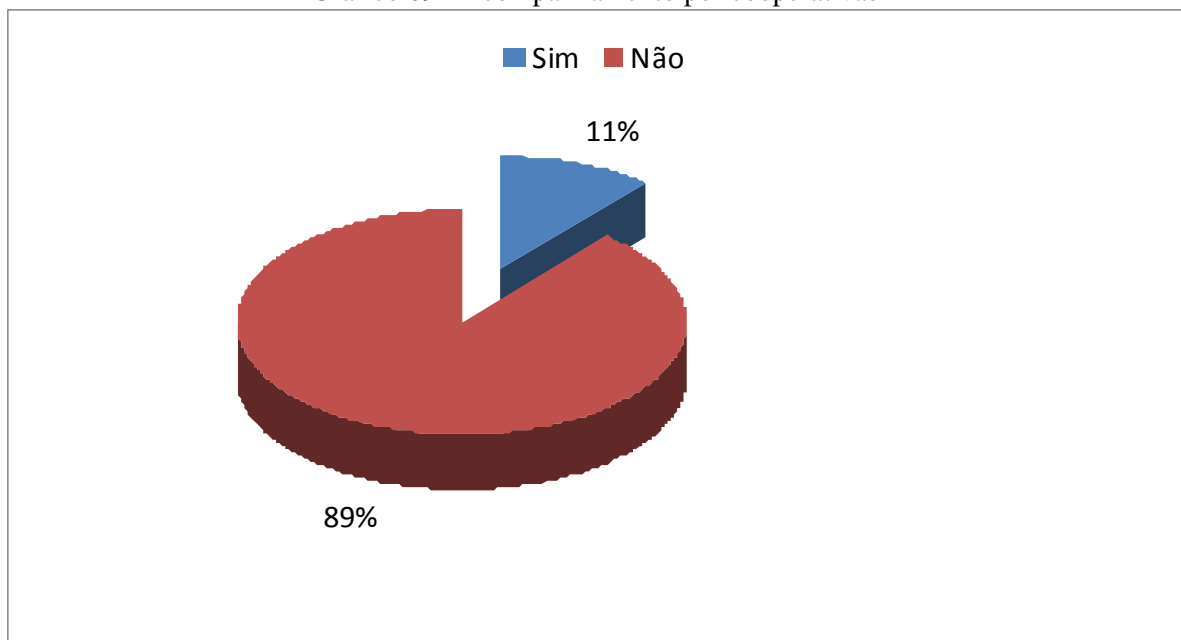
Verificou-se que 51% dos agricultores utilizam enxadas para o preparo das terras para o plantio, enquanto 35% utilizam métodos de queimadas e apenas 14% utilizam tratores que são cedidos pela Prefeitura. Geralmente a prefeitura disponibiliza de numero reduzido de tratores incapazes de preparar as todas as terras do município em tempo hábil para o plantio. Sabendo-se que o período de chuvas nessa região é de aproximadamente três meses, assim qualquer atraso no plantio pode não coincidir com o período das chuvas e conseqüentemente prejudicar o desenvolvimento das culturas e reduzir a produção. Partindo na contramão desse processo os grandes produtores rurais deste município são primeiros a se beneficiarem com os tratores disponibilizados pela prefeitura para o preparo das terras para o plantio.

Sendo que apenas os ruralistas que dispõem de um roçado (denominado “campo” que abrange uma área maior de terras e que não se limite a terreno pedregoso) são beneficiados com esta politica. Os demais que dispõem de pequenos “roçados” ficam excluídos desse apoio do governo municipal. Para esses pequenos agricultores são utilizados os métodos mais antigos, quando não utilizam a própria enxada, que é considerado um método tradicional, é feito o processo de queimadas, o que vem a prejudicar o meio ambiente, a partir da combustão dos micro-organismos encontrados no solo, proporcionando o seu empobrecimento ou até infertilidade.

A assistência técnica se configura como um fator determinante para a produção de modo geral em especial a produção agrícola, pois esta possibilita capacitação de mão-de-obra, organização dos estoques, tipos de culturas cultivadas, métodos ou técnicas aplicadas no processo produtivo, entre outros. Observe no Gráfico 09 como os agricultores do Sítio Uruçu se relacionam com essa problemática.

4.10 Acompanhamento por cooperativas

Gráfico 09 - Acompanhamento por cooperativas



Fonte: Pesquisa da pesquisa de campo (2011)

A ausência de empresas de assistência técnica tem se configurado como um sério problema para os agricultores rurais do Sítio Uruçu, já que cidade de Aroeiras/PB tem apenas uma empresa estatal de assistência técnica (EMATER) que funciona precariamente, não atendendo às satisfações e necessidades da comunidade rural onde a maioria dos agricultores não tem conhecimento da existência da mesma, conforme demonstra a pesquisa em que 89% afirmam não existir apoio nem acompanhamento de cooperativas e/ou empresas de assistência técnica. Isso implica que poucos moradores têm acesso aos programas federais e municipais voltados para o desenvolvimento das atividades agrícolas especialmente aquelas relacionadas a pequena produção rural.

As cooperativas, especialmente as voltadas para garantir o apoio técnico produtivo quando administradas de forma correta, passam a produzir frutos benéficos para os agricultores, contribuindo de forma direta e indireta na produção e desenvolvimento dos agricultores e da comunidade rural em geral.

Um exemplo crucial do importante papel das ações governamentais ou não governamentais no processo produtivo das comunidades rurais especializadas no território brasileiro pode ser observado em função do programa desenvolvido pelo Governo Federal (Programa Um Milhão de Cisternas, P1MC) em parceria com a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) que juntos já beneficiaram milhares de famílias residentes no semiárido brasileiro, como tem ocorrido no município de Aroeira especialmente no Sítio Uruçu.

4.11 Projeto para capacitação e armazenamento de água

Figura 04 – Cisterna do projeto Articulação do Semiárido



Fonte: Pesquisa da pesquisa de campo (2011)

Todos os agricultores pesquisados afirmam existir na comunidade um projeto para capacitação e armazenamento de água. Iniciado em julho de 2003, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o semiárido da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). Ele vem desencadeando um movimento de articulação e de convivência sustentável com o ecossistema

do semiárido, através do fortalecimento da sociedade civil, da mobilização, envolvimento e capacitação das famílias, com uma proposta de educação processual. O objetivo do PIMC é beneficiar cerca de 5 milhões de pessoas em toda região semiárida com água potável para beber e cozinhar, através das cisternas de placas. Juntas, elas formam uma infraestrutura descentralizada de abastecimento com capacidade para 16 bilhões de litros de água. O programa é destinado às famílias com renda até meio salário mínimo por membro da família, incluídas no Cadastro Único do Governo Federal, e que residam permanentemente na área rural e não tenham acesso ao sistema público de abastecimento de água. Além desses critérios têm prioridade: mulheres chefes de famílias com crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes frequentando a escola, adultos com a idade igual ou superior a 65 anos, portadores de necessidades especiais (ASA, 2011).

Desde que surgiu, em 2003, até os dias de hoje, o PIMC construiu mais de 300 mil cisternas, beneficiando mais de 1,5 milhões de pessoas. Para que esses resultados pudessem ser alcançados, a ASA conta com a parceria de pessoas físicas, empresas privadas, agências de cooperação e do governo federal.

A cisterna é uma tecnologia simples, de baixo custo e adaptável a região semiárida brasileira. A água é captada das chuvas, através de calhas instaladas nos telhados das casas. De formato cilíndrico, coberto e semi enterrado, o reservatório tem capacidade para armazenar até 16 mil litros de água, quantidade suficiente para uma família de 5 pessoas beber e cozinhar por um período de 6 a 8 meses – época da estiagem na região.

As cisternas de placas são construídas de cimento pré-moldadas feitas pela própria comunidade. Para isso o programa qualifica pessoas que apresentam desenvoltura para o trabalho com a construção destas cisternas. Assim construção das cisternas de placas é feita por pedreiros das próprias localidades, formados e capacitados pelo PIMC.

Além de promover a democratização da água, o PIMC provoca mudanças sociais, políticas e econômicas significativas na região semiárida. As mulheres também sentem de imediato as mudanças provocadas pela construção das cisternas de placas na comunidade. Antes da instalação das cisternas, elas tinham que acordar muito cedo e caminhar vários quilômetros em busca de água. Com a construção do reservatório ao lado da casa, elas passaram a ter mais tempo para se dedicar a outras atividades. A qualidade da água é outro aspecto positivo posto que esta é captada dos telhados das casas estão menos sujeitas a contaminação, proporcionando uma melhora substancial na qualidade de vida das famílias beneficiadas através deste projeto. O PIMC também tem funcionado como instrumento para fortalecer a autoestima e a cidadania da população, inserido no semiárido brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o resultado deste trabalho podemos observar que as atividades agrícolas desenvolvidas pelos moradores do Sítio Uruçu têm contribuído satisfatoriamente para o desenvolvimento socioeconômico da região bem como para a forma de sobrevivência dessa comunidade apesar dos agricultores não serem totalmente dependentes da agricultura ou dos produtos que originam. Mesmo a produção agrícola do grupo pesquisado sendo destinada exclusivamente para o consumo próprio das famílias e dos animais, é bom lembrar que esta comunidade apresenta outras fontes de renda, 49% dependem de programas do governo e 34% vivem de aposentadorias. Dentro deste processo a agricultura familiar torna-se uma fonte importante para a sobrevivência das famílias de agricultores do Sítio Uruçu.

Dentro deste processo observamos a resistência e a necessidade da população rural do Sítio Uruçu em permanecer desenvolvendo suas atividades agrícolas. Também observamos a fragilidades dessas famílias em relação aos destemperos dos fenômenos naturais e artificiais por não observarmos neste processo produtivo a utilização de recursos técnicos e tecnológicos avançados, capazes de elevar a produtividade agrícola desenvolvida nessa comunidade rural.

A agricultura familiar nordestina, em particular do semiárido, sofre de forma mais acentuada a restrição ocasionada pela escassez e baixa qualidade dos recursos naturais disponíveis, a disponibilidade de recursos hídricos, o acesso à terra e a linhas especiais de crédito. Assim, a forma de acesso e a qualidade dos recursos naturais influenciam decisivamente nos sistemas produtivos adotados e condicionam a relação desses produtores com o mercado. Foi constatado também que se os agricultores não contam com apoio efetivo de cooperativas e incentivos dos governos federal, estadual e municipal no tocante ao desenvolvimento das atividades agrícolas e socioeconômicas fundamentais para melhorar a renda e as condições de vida das famílias ali inseridas.

REFERÊNCIAS

- ASA. Articulação no Semi-Árido Brasileiro. **P1MC**. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=1150> Acesso em: 22 jul. 2011.
- BARBOSA, Luciano Celso Brandão Guerreiro; LAGES, André Maia Gomes. Pobreza, agricultura e meio ambiente: o sistema produtivo orgânico como uma alternativa a melhoria das condições sócio-econômica e ambiental dos agricultores familiares no semi-árido nordestino: o caso de Alagoas. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 7., 2007, Fortaleza. Anais..., Fortaleza, 2007.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B)**. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2258903> Acesso em: 29 jul. 2011.
- CAMPUS, Ginez Leopoldo R. de. Agricultura familiar, gerenciamento ambiental e agroecologia: algumas questões provocativas a serem pesquisadas. In: REDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo: UPE, 2001. p. 255-315.
- CARVALHO, José Otamar de. **A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID, 1988.
- CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Polígono das secas**. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-sao-francisco/poligono-das-secas/?searchterm=pol%C3%ADgono>> Acesso em: 27 jul. 2011.
- FASER. Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil. **Transposição de águas do rio São Francisco: fórum social nordestino**. Disponível em: <<http://www.faser.org.br/noticias.php?id=95>> Acesso em: 29 jul. 2011.
- FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e geografia: geografia agrária no Brasil (1930-1990)**. São Paulo: UNESP, 2002.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Nacional, 1980.
- GOMES, Gustavo Maia. **Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semiárido e dos serrados nordestinos**. Brasília: IPEA, 2001.
- GOOGLE. **Localização geográfica Aroeiras/PB**. Disponível em: <www.google.com.br> Acesso em: 22 jul. 2011.
- GUEDES, João Tavares. **Formação e dinâmica territorial do assentamento rural de Imbiras: contribuição ao estudo geográfico dos assentamentos rurais de reforma agrária**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais municipais 2010: incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2019&id_pagina=1> Disponível em: 22 jul. 2011.

MONTENEGRO, Rosilene Dias et al. **Nordeste e seus desafios**. Campina Grande: EDUFPG, 2009.

MORAES NETO, João M. de; BARBOSA, Marx P.; ARAUJO, Alexandre E. de. Efeito dos eventos ENOS e das TSM na variação pluviométrica do semi-árido paraibano. **Rev. Bras. Eng. Agríc. Ambient.**, v.11, n.1, p. 61-66, 2007.

PEREJO, Luiz Carlos. **Desmatamento e políticas ineficazes são agravantes**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/geografia/seca-no-nordeste-desmatamento-e-politicas-ineficazes-sao-agravantes.jhtm>> Disponível em: 22 jul. 2011.

SOUZA, Herminio Ramos de. Agricultura e política agrícola no Nordeste: do GTDN à liberação comercial. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 499-517, out. 1997.

TIOSAM. **Polígono das secas**. Disponível em: <http://www.tiosam.org/enciclopedia/index.asp?q=Pol%C3%ADgono_das_secas> Acesso em: 29 jul. 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Pesquisa: A IMPORTÂNCIA SOCIOECONOMICA DAS ATIVIDADES AGRICOLAS NA VIDA DOS AGRICULTORES DO SITIO URUÇÚ, AROEIRAS - PB

FORMULÁRIO

1 – CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS

1.1 – Nome do(a) agricultor (a): _____

Idade: _____ Estado civil: _____ Tempo que reside
no sítio Uruçu: _____ nº de pessoas por residência: _____

1.2 - Renda familiar:

- Menos de um salário mínimo Um salário mínimo
 Um salário até dois salários mínimos Acima de dois salários mínimos.

1.3 - Tipo de rendas:

- Aposentadoria Salário Programas sociais Outros

1.4 – Escolaridade:

- Analfabeto Semi Analfabeto Fundamental Médio
 Superior

1.5 - Mora em casa: Própria Cedida

1.6 - Trabalha em terras: Própria Cedida

2 - INDICADORES DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

2.1 – Tipo de agricultura existente:

- Milho Feijão Algodão Batata Fava Outros

2.2 - Nível de satisfação com o trabalho agrícola:

- Satisfeito Não satisfeito Indiferente

2.3 - Como Considera as terras que trabalha:

Boa Razoável Fraca

2.4 - De que forma é preparada a terra para o plantio da lavoura?

2.5 - O que é feito com a sobra da lavoura após a colheita (casca)?

2.6 - Existe contato com a cidade de Aroeiras

Sim Não Por quê? _____

2.7 - Há algum acompanhamento por cooperativas?

Sim Não Qual? _____

2.8 - Existe algum apoio dos poderes públicos em fornecimento de equipamentos para auxiliar na produção agrícola?

Sim Não Quais? _____

2.9 - Há algum projeto na comunidade para capacitação e armazenamento de recursos hídricos?

Sim Não Quais? _____

2.10 - A produção agrícola é destinada:

Consumo Próprio Comercializada (fonte de renda)

Se comercializada: EMPASA CG Atravessador

Feira Cooperativa Outros.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente termo de Consentimento Livre e Esclarecido, eu _____, cidadão(ã) brasileiro(a), em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da pesquisa “” no ano de 2010, sob a responsabilidade da pesquisadora Maria Laudeci Domingos de Melo O meu consentimento em participar da pesquisa A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICAS DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA VIDA DOS AGRICULTORES DO SÍTIO URUÇÚ, AROEIRAS- PB” pesquisa se deu após ter sido informado(a) pela pesquisadora de que:

1. A pesquisa se justifica pela necessidade de avaliar a baixa produção agrícola que vem ocorrendo no sítio uruçú do município de Aroeiras/PB e as transformações na vida dos moradores desta comunidade rural.

2. Seu objetivo Caracterizar a produção agrícola do município de Aroeiras e do sítio Uruçu, verificar a influencia das atividades agrícolas na vida dos moradores do sítio Uruçu, estabelecer a relação campo/cidade entre os habitantes do sítio Uruçu e os moradores da zona urbana de Aroeiras, vislumbrar as práticas agrícolas desenvolvidas pelos agricultores desta comunidade rural e a degradação/preservação dos recursos naturais, entender as formas de organização produtivas e sociais dos membros desta comunidade rural, relacionar as políticas públicas para o desenvolvimento sócio, produtivo e econômico do sítio Uruçu.

3. Os dados serão coletados através da seguinte técnica e instrumento: questionários aplicados aos moradores do sítio.

4. Minha participação é voluntária, tendo eu a liberdade de desistir a qualquer momento sem risco de qualquer penalização.

5. Caso sinta necessidade de contatar os pesquisadores durante e/ou após a coleta de dados, poderei fazê-lo pelo telefone (83) 3331-1854.

6. Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com os pesquisadores.

7. Os benefícios desta pesquisa serão: contribuir de forma direta com as formas de melhorar a produção agrícola durante o período de estiagem.

Campina Grande, ____ de _____ de _____

Participante

APÊNDICE C – TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR**TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR**

Por este termo de responsabilização, eu, abaixo-assinado, autor do Projeto de Pesquisa intitulado “A IMPORTANCIA SOCIECONOMICAS DAS ATIVIDADES AGRICOLAS NA VIDA DOS AGRICULTORES DO SITIO URUÇÚ, AROEIRAS- PB” assumo cumprir fielmente as diretrizes regulamentadoras emanadas da Resolução N.º 196/96 do Conselho Nacional de Saúde /Ministério da Saúde e suas Complementares, outorgada pelo Decreto nº 93.933, de 14 de janeiro de 1987, visando assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

Reafirmo, outrossim, minha responsabilidade indelegável e intransferível, mantendo em arquivo todas as informações inerentes ao presente Projeto de Pesquisa, respeitando a confidencialidade e o sigilo das fichas correspondentes a cada sujeito incluído na pesquisa, por 5 (cinco) anos após o término desta, apresentando, sempre que solicitado pelo CEP/UEPB ou CONEP, relatório sobre o andamento da pesquisa, comunicando ainda ao CEP/UEPB, qualquer eventual modificação proposta no supracitado projeto.

Campina Grande, ____ de _____ de 2011.

Maria Laudeci Domingos de Melo

APÊNDICE D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE AROEIRAS

CNPJ: 08.865.636/0001-08

Rua: Zeferino de Paula, 661 – Centro – CEP: 58489-000

Aroeiras/PB

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado “**A Importância socioeconômica das atividades agrícolas na vida dos agricultores do sitio urucú, Aroeiras-PB**” desenvolvida pela aluna *Maria Laudeci Domingos de Melo* do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação do professor João Tavares Guedes.

Prefeito
Gilseppe Oliveira de Souza
Aroeiras, 06 de Junho de 2011

APÊNDICE E – FOTOS DO SÍTIO URUÇU



Figura 01 - Plantação de Milho e Fava
Fonte: Pesquisa de campo (2011)



Figura 02 - Animal típico da região (Jumento)
Fonte: Pesquisa de campo (2011)



Figura 03 - Plantação de Milho e Fava
Fonte: Pesquisa de campo (2011)



Figura 04 - Outras plantações do Sítio: Mamão e Quiabo
Fonte: Pesquisa de campo (2011)

ANEXOS

ANEXO A - CERTIFICADO DO COMITÊ DE ÉTICA



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS**

**COMPROVANTE DE APROVAÇÃO
CAAE 0280.0.133.000-11**

Pesquisador Responsável: MARIA LAUDECI DOMINGOS DE MELO

Andamento do Projeto CAAE- 0280.0.133.000-11

Título do Projeto de Pesquisa

A IMPORTÂNCIA SOCIOECONOMICA DAS ATIVIDADES AGRICOLAS NA VIDA DOS AGRICULTORES DO SÍTIO URUÇÚ, AROEIRA-PB

Situação	Data Inicial no CEP	Data Final no CEP	Data Inicial na CONEP	Data Final na CONEP
Aprovado no CEP	15/06/2011 10:04:40	20/06/2011 09:22:20		

1 Descrição	Data	Documento	Nº do Doc	Origem
1 - Envio da Folha de Rosto pela Internet	31/05/2011 21:44:19	Folha de Rosto	FR - 433974	Pesquisador
2 - Recebimento de Protocolo pelo CEP (Check-List)	15/06/2011 10:04:40	Folha de Rosto	0280.0.133.000-11	CEP
3 - Protocolo Aprovado no CEP	20/06/2011 09:22:20	Folha de Rosto	0280.0.133.000-11	CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Profª Dra. Doralúcia Pedrosa de Araújo
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa

ANEXO B - DECLARAÇÃO DE ACEITE

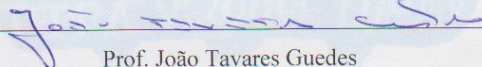
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – SEAD
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

DECLARAÇÃO DE ACEITE

Declaro para os devidos fins, que de acordo com a RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/032/2009 – Art. 9º, aceito orientar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), da aluna **MARIA LAUDECI DOMINGOS DE MELO**, regularmente matriculado (a), sob o n.º **7292149-8**, no 8º Semestre/2010 do Curso de Licenciatura em Geografia na modalidade a Distância (Prolicenciatura), lotado (a) no **Polo de Apoio Presencial de Campina Grande** que irá realizar seu Trabalho de Conclusão de Curso na área de Processo de Ensino e Aprendizagem.

Declaro ainda que, caso desista da orientação, irei apresentar à Coordenação do Curso documento escrito contendo minha justificativa pra tal, atendendo ao disposto no Art. 10 da RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/032/2009.

Campina Grande, 02 de FEVEREIRO de 2011.



Prof. João Tavares Guedes

UEPB

ANEXO C - DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**
COORDENADORIA INSTITUCIONAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS – CIPE

Rua Baraúnas, 351 – CAMPUS I - Bairro Universitário
Cep.: 58.429-500 – Campina Grande – PB
TELEFAX: (083) 3315-3398
cipe@uepb.edu.br

Declaração

Declaro para os devidos fins, que a aluna **Maria Laudeci Domingos de Melo**, matrícula 072.92149-8 defendeu seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em formato de monografia intitulado **A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA VIDA DOS AGRICULTORES DO SÍTIO URUÇU, AROEIRAS-PB**, no dia 23 de setembro de 2011, tendo recebido a nota 8,6 pelos membros da banca examinadora.

A referida aluna não se encontra com pendências de notas, mas ainda necessita entregar a versão final de seu trabalho à biblioteca. A colação de grau da Turma 2007.2 de Licenciatura em Geografia está marcada para o dia 02 de dezembro de 2011 e estando a aluna com toda sua documentação regularizada estará apta a colar grau.

Campina Grande, 23 de Setembro de 2011.

João Damasceno
Coordenador
Geografia Prolicenciatura